

RECURSO ESPECIAL Nº 1.804.387 - RO (2019/0077889-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : MASTTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO E OUTRO(S) - RO001529
VALÉRIA MARIA VIEIRA PINHEIRO E OUTRO(S) - RO001528
VIVALDO GARCIA JÚNIOR - RO004342
RECORRIDO : ALECSANDRO TEIXEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO : PAULINO PALMÉRIO QUEIROZ E OUTRO(S) - RO000208A
RECORRIDO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO
ADVOGADOS : ANA BEATRIZ PEREIRA DO AMARAL VINHAS - SP109338
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI E OUTRO(S)
- PE021678
DIOGO MORAIS DA SILVA - RO003830
PATRICIA PAZOS VILAS BOAS DA SILVA - SP124899
ANA PAULA ALVES FREIRE REGO - SP240295

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por MASTTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MASTTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA, o recolhimento das custas devidas ao STJ foi realizado em desacordo com o disposto na Resolução do STJ vigente à época da interposição do recurso, a qual dispõe que, nos processos recursais, o campo "Processo na Origem" da GRU deverá ser preenchido com o número do processo no tribunal de origem.

De fato, a parte fez a indicação errônea do "Processo na Origem" na guia de recolhimento das custas devidas ao STJ juntada aos autos, uma vez que o número utilizado é totalmente dissociado dos existentes na origem.

Este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de que a irregularidade no preenchimento das guias do preparo - consistente na indicação errônea do processo na origem -, no ato da interposição do recurso especial, caracteriza a sua deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 970.275/PR, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, DJe de 26/02/2018; AgInt no REsp 1620424/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; e AgInt no AREsp 1056629/AM, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 06/09/2017.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 340/341), não regularizou.

Não se desconhece a petição de fls. 342/345, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito. No entanto, ela não pode ser conhecida para os fins a que se destina, uma vez que protocolizada fora do prazo assinalado, ocorrendo a preclusão temporal da prática do ato.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso. .

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente